

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.335.542 - RJ (2018/0187854-9)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : NILCEA NEDER CARDOSO**  
**ADVOGADOS : SERGIO BERMUDEZ - RJ017587**  
**ALEXANDRE FONSECA DA ROSA - RJ147580**  
**CAETANO FALCÃO DE BERENGUER CESAR - RJ135124**  
**FÁBIO MANTUANO PRINCIPE MARTINS - RJ181783**  
**ANA VICTORIA PELLICCIONE DA CUNHA - RJ215098**  
**AGRAVANTE : CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RJ**  
**ADVOGADO : CLAUDIO RODRIGO GUEDES FERRO LAMEGO - RJ150236**  
**AGRAVADO : FRANCISCO JOSÉ BARBOSA NOBRE**  
**AGRAVADO : RITA DE CASSIA LINHARES DE CARVALHO NOBRE**  
**ADVOGADO : AIRTON DE ALCANTARA MACIEL - RJ102717**  
**INTERES. : UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO LTDA**  
**ADVOGADOS : EDUARDO LOPES DE OLIVEIRA - RJ080687**  
**DANIEL LYONS - RJ118911**  
**INTERES. : LUCIA ABRAHAO**  
**ADVOGADOS : LUIZ MARCELO PEIXOTO LUBANCO - RJ079740**  
**EDUARDO OLIVEIRA MACHADO DE SOUZA ABRAHÃO - RJ167462**  
**INTERES. : TANIA MARIA GUIMARAES DA COSTA**  
**INTERES. : LUIZ FERNANDO SAUBERMANN**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por CAIXA DE ASSISTENCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RJ contra a decisão que inadmitiu o recurso especial.

Compulsando os autos, verifica-se que FRANCISCO JOSE BARBOSA e RITA DE CÁSSIA LINHARES DE CARVALHO ajuizaram ação de responsabilidade civil em face da CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CAARJ, RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA.- UNIMED, NILCEA NEDER CARDOSO, TANIA MARA GUIMARÃES DA COSTA NICOLAU, LUIZ FERNANDO SAUBERMANN e LÚCIA ABRAHÃO, objetivando a condenação solidária dos réus a pagarem indenização por danos materiais, no valor de R\$ 59.961,25 (cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos), indenização por danos morais, em valor a ser arbitrado pelo juízo, bem como verba para tratamento psicoterápico pelo tempo que se mostre necessário visando a condenação do ora agravante, alegando a ocorrência de erro médico que resultou na morte de seu filho .

Alegam, para tanto, que, em decorrência de falhas na conduta técnica por parte da equipe médica, seu filho teve sofrimento fetal agudo, sofrendo, em consequência, de síndrome hipóxico-isquêmica, que o tornou portador de gravíssima encefalopatia crônica não progressiva. Aduzem que durante o tempo de vida do seu filho, foram ininterruptas as internações hospitalares e domiciliares ("home care"), além de

procedimentos cirúrgicos, até seu falecimento em 10/11/2008.

Após os trâmites regulares, foi proferida sentença nos seguintes termos (fl. 1.633, e-STJ):

- a) julgou procedente em parte o pedido para condenar a primeira e a terceira rés - respectivamente, CAARJ e NILCEA NEDER CARDOSO solidariamente, ao pagamento dos danos materiais experimentados pelos autores, especificamente os gastos incorridos com fisioterapia e fonoaudiologia devidamente documentados nos autos, bem como a pagar-lhes compensação pelo dano moral sofrido, mediante pagamento da quantia de R\$ 250.000, 00 (duzentos e cinquenta mil reais), para cada autor;
- b) julgou improcedente o pedido com relação ao segundo, quarto, quinto e sexto réus - respectivamente, RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA. - UNIMED, TANIA MARIA GUIMARÃES DA COSTA NICOLAU, LUIZ FERNANDO SAUBERMANN e LÚCIA ABRAHÃO;
- c) reconheceu a sucumbência recíproca entre os autores e a primeira e terceira rés;
- d) condenou os autores ao pagamento de honorários advocatícios aos segundo, quarto, quinto e ' sexto réus, no valor de R\$ 3.500,00 para cada réu.

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região negou provimento às apelações interpostas, nos termos do acórdão, assim ementado (e-STJ, fls. 1.673-1.674):

CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. SOFRIMENTO FETAL QUE LEVOU A ENCEFALOPATIA CRÔNICA. DANO. CONDUTA DA EQUIPE MÉDICA E NEXO DE CAUSALIDADE PRESENTES E COMPROVADOS POR PERÍCIA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE POR FALHAS NO SERVIÇO PRESTADO POR SEUS CREDENCIADOS. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE A DEMORA DA AMBULÂNCIA E A MORTE DA CRIANÇA POSTERIORMENTE. DANOS MATERIAIS COMPROVADOS DEVIDOS. PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MANTIDO O VALOR FIXADO NA SENTENÇA. RAZOABILIDADE E CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1 - Trata-se de apelações em face de sentença que julgou procedente em parte o pedido para condenar a CAARJ e NILCEA NEDER CARDOSO, solidariamente, ao pagamento dos danos materiais experimentados pelos autores, comprovados nos autos, bem como ao pagamento de indenização pelo dano moral sofrido, no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para cada autor, reconhecendo a sucumbência recíproca entre eles. Julgou improcedente o pedido em relação aos réus RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA., UNIMED, TANIA MARIA GUIMARAES DA COSTA NICOLAU, LUIZ FERNANDO SAUBERMANN E LÚCIA ABRAHÃO, condenando os autores ao pagamento de honorários advocatícios, que fixou em R\$3.500,00 para cada réu.

2 - O dever de reparar lesão causada a outrem está previsto no art. 5º, X, da Constituição Federal e arts. 186, 187 e 927 do Código Civil. Para tanto, é necessário que se comprove a presença de uma conduta

(ação/omissão voluntária), do dano (lesão juridicamente relevante de ordem moral, material ou estética), e o nexo de causalidade entre eles.

3 - Dispõe o art. 14, § 4º do CDC que a responsabilidade dos profissionais liberais tem natureza subjetiva, o que impõe a comprovação de culpa. Precedente: STJ, EDcl nos EREsp 605.435/RJ, Min. Raul Araújo. 2ª Seção. DJe 17/04/2013).

4 - As operadoras de planos de saúde respondem solidariamente por falhas nos serviços prestados por profissional médico credenciado. Precedentes: STJ, AgRg no AREsp 194.955/RJ, Rel. Min. SIDNEI BENETI, 3ª Turma, DJe 20/03/2013; STJ, REsp 866.371/RS, Rel. Min. Raul Araújo, 4ª Turma, DJe 20/08/2012.

5 - O laudo pericial produzido reconheceu, de forma incontestada, a conduta imprudente e imperita na condução do parto do filho da parte autora, em razão de não se ter realizado asculta fetal durante o período expulsivo longo, o que foi a causa da hipóxia fetal sofrida e suas consequências. Presentes, portanto, os requisitos que obrigam à indenização : a conduta, o dano e o nexo causal entre eles.

6 - Afasta-se a responsabilidade da UNIMED por falta de comprovação de que a demora na vinda de ambulância tenha contribuído como causa direta e imediata da morte do filho da parte autora.

7 - Confirmada a responsabilidade solidária, deve a CAARJ arcar com o pagamento dos gastos que decorreram direta e necessariamente da patologia adquirida em razão da conduta culposa no parto, a saber, os valores referentes à fisioterapia e fonoaudiologia, a serem quantificados em liquidação de sentença, de acordo com os documentos constantes nos autos. Pela mesma razão devem ser reembolsados os gastos com a válvula crânica e os bottons de gastrostomia. Os demais gastos, referentes a vacinas, consultas com médicos especializados e tratamento com terapia visual, não foram comprovados e não podem ser reembolsados.

8 - Não comprovou a parte Autora a necessidade de tratamento psicoterápico, sendo de rigor a manutenção da negativa da sentença.

9 - Os danos morais são devidos e deve ser mantido o valor fixado na sentença, que atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, sem que se caracterize enriquecimento sem causa. Encontram-se, ainda, em consonância com a recente jurisprudência do STJ. Precedentes: AgRg do REsp 1.362.073. Rel. Min. Paulo Sanseverino, 06/2015; REsp 1024693/SP, Rel. Ministra ELIANA CAIMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/08/2009, DJe 21/08/2009.

10 - Agravo retido não conhecido por falta de requerimento expresso em contrarrazões (art. 523, § 1º, do CPC).

11 - Apelações desprovidas.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.707-1.771 e 1.787-1.795).

Nas razões do especial (fls. 1.763-1.776, e-STJ), interposto com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF, a insurgente apontou violação do art. 944, caput e parágrafo único, do Código Civil. Argumentou, em síntese, a necessidade de redução da indenização concedida a título de danos morais, por mostrar-se exorbitante. Apontou dissídio jurisprudencial acerca do patamar fixado por esta Corte em casos equânimes, envolvendo morte de familiar por erro médico.

As contrarrazões do recurso especial foram apresentadas às fls. 1.803-1.809 (e-STJ).

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 1.949-1.955, e-STJ), o recurso foi inadmitido, em razão da incidência das Súmulas nºs. 7 e 83 do STJ.

Irresignado, a agravante, buscando destrancar o processamento da insurgência, refutou os óbices aplicados pela Corte estadual (fls. 1.979-1.985, e-STJ).

Contraminuta às fls. 1.988-1.994, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. O Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que somente é admissível o exame do valor fixado a título de danos morais em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a irrisoriedade da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Nesse sentido: AgRg no REsp 971.113/SP, Quarta Turma, Rel. Min. **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJe de 8/3/2010; AgRg no REsp 675.950/SC, Terceira Turma, Rel. Min. **SIDNEI BENETI**, DJe de 3/11/2008; AgRg no Ag 1.065.600/MG, Terceira Turma, Rel. Min. **MASSAMI UYEDA**, DJe de 20/10/2008.

A Corte estadual entendeu, de acordo com a particularidade do caso, pela manutenção do valor indenizatório fixado na sentença (R\$ 250.000,00 - duzentos e cinquenta mil reais - para cada autor), nos seguintes termos (e-STJ, fls. 1.156-1.157):

(...)

O i. Relator, Juiz Federal Convocado Firly Nascimento Filho, firmou entendimento de que **a responsabilidade do médico é subjetiva e que a operadora de plano de saúde responde solidariamente por falhas na prestação de serviço de seus credenciados, concluindo que, de fato, ficou comprovado nos autos, através de perícia, a conduta imprudente e imperita na condução do parto do filho dos autores, que resultou no sofrimento fetal e suas conseqüências. Entendeu presentes a conduta, o dano e nexo de causalidade entre eles a impor a indenização pelos danos materiais comprovados e por danos morais.** Discordou da sentença apelada tão somente em relação ao valor da indenização, que entendeu excessivo.

Divergi do i. Relator, tão somente quanto ao ponto em que reduzira a indenização por danos morais fixada pela sentença, firmando entendimento de que a sentença de primeiro grau deveria ser mantida *in totum*, inclusive quanto à fixação de juros e correção monetária, no que fui acompanhado pelo i. Desembargador Federal Ricardo Perlingeiro, como consta das notas taquigráficas, já juntadas aos autos (fls. 1345/1354).

Fundei minha divergência no entendimento reiterado na jurisprudência do STJ, que fixa como parâmetro para a indenização, em caso de evento morte, valores entre trezentos e quinhentos salários mínimos. É o que se depreende do voto proferido em junho deste ano de 2015, do Ministro Paulo Sanseverino, no AgRg do REsp 1.362.073, no qual Sua Excelência diz: "A jurisprudência desta Corte Superior tem arbitrado, em regra, para as hipóteses de dano morte, a indenização em valores entre trezentos e quinhentos salários mínimos."

Cito, ainda, outro precedente próximo ao caso ora julgado, de relatoria da Ministra Eliana Calmon, muito próximo ao caso dos autos, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL - INDENIZAÇÃO - DANOS MORAIS - 500 SALÁRIOS MÍNIMOS - MAJORAÇÃO - EVENTO DANOSO

CONTEMPORÂNEO AO PARTO - NEGLIGÊNCIA E IMPRUDÊNCIA DO A TENDIMENTO MÉDICO - REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA - SÚMULA 7/STJ - JUROS MORATÓRIOS INCIDENTES A PARTIR DO EVENTO DANOSO - SÚMULA 54/STJ - ALÍQUOTA DOS JUROS - 0,5% AO MÊS - CÓDIGO CIVIL ANTERIOR - SELIC - ATUAL CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.(...)

7. A morte do filho no parto, por negligência médica, embora ocasione dor indescritível aos genitores, é evidentemente menor do que o sofrimento diário dos pais que terão de cuidar sempre do filho inválido, portador de deficiência mental irreversível.

8. Reformado o acórdão recorrido para fixar o valor do dano moral em 500 (quinhentos) salários-mínimos, diante das circunstâncias fáticas da demanda.

9. Recurso especial parcialmente conhecido e parcialmente provido.

(REsp 1024693/SP, Rei. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/08/2009, DJe 21/08/2009)

A recorrente, por sua vez, insurge-se contra o valor arbitrado, sob o argumento de que seria exorbitante e desproporcional.

Contudo, ao contrário do que quer fazer crer a recorrente, o valor fixado a título compensatório não se mostra excessivo à luz de julgados desta Corte, a ponto de justificar a sua revisão.

Nesse aspecto, convém destacar que, em consulta ao acervo jurisprudencial desta Corte, depara-se com julgados que, em circunstâncias análogas à dos autos – erro médico em parto –, resultaram na condenação do responsável ao pagamento de valores relativos à compensação de danos morais arbitrados em **R\$ 500.000,00** (AgRg no REsp 1.405.910/RS, 2ª Turma, DJe 02/12/2014); **R\$ 500.000,00** (REsp 1195656/BA, 3ª Turma, DJe 30/08/2011), **R\$ 500.000,00** (AgInt no REsp 1735578/AM, 1ª Turma, DJe 02/08/2018); e **R\$ 200.000,00** (REsp 1642999/PR, 3ª Turma, DJe 02/02/2018).

Ressalte-se, ademais, que o valor fixado pelo Tribunal de origem encontra-se em perfeita harmonia com esta Corte no sentido de arbitrar "para as hipóteses de dano-morte, a indenização por dano moral em valores entre 300 e 500 salários mínimos" (AgRg no REsp 1362073/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/6/2015, DJe 22/6/2015).

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ERRO MÉDICO. CHAMAMENTO AO PROCESSO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

1. O Tribunal de origem não se manifestou expressamente sobre o art. 77, III, do CPC/73, uma vez que os embargos de declaração opostos (e-STJ, fls. 1.160-1.163) deixaram de suscitar a questão.

Dessa forma, é inafastável a incidência da Súmula 282 do STF.

2. A Corte estadual entendeu, de acordo com a particularidade do caso, pela manutenção do valor indenizatório fixado na sentença (R\$ 150.000,00 - cento e cinquenta mil reais), pela morte do filho do agravado. A revisão do julgado com o consequente acolhimento da pretensão recursal demandaria o

reexame do acervo fático-probatório da causa, o que não se admite em âmbito de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 deste Tribunal.

3. A **jurisprudência desta Corte Superior entende como razoável, "para as hipóteses de dano-morte, a indenização por dano moral em valores entre 300 e 500 salários mínimos"** (AgRg no REsp 1.362.073/DF, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 16/6/2015, DJe 22/6/2015).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 902.301/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 29/08/2016)[grifos nossos]

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ERRO MÉDICO. PARTO. NASCIMENTO COM TRAUMAS. SEQUELAS. ÓBITO. VALOR ARBITRADO. RAZOABILIDADE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA Nº 284/STF.

1. O valor fixado a título de indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisório ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, **em que arbitrado em 300 (trezentos) salários mínimos**.

2. Considera-se deficiente de fundamentação o recurso especial que não indica os dispositivos legais supostamente violados pelo acórdão recorrido, o que atrai a incidência, por analogia, do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1315235/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 18/02/2015)[grifos nossos]

Nessa perspectiva, o valor da indenização por danos morais, arbitrado em **R\$ 250.000,00** (duzentos e cinquenta mil reais) para cada autor, não é exorbitante nem desproporcional aos danos sofridos pelos agravados, tendo em vista as graves restrições vivenciadas pelo filho dos autores e sua morte prematura, em decorrência da má condução do parto por profissional médico credenciado ao plano de saúde, solidariamente responsável por falha na prestação dos serviços.

Portanto, nenhum reparo há de ser feito no valor fixado pela Corte de origem.

2. Do exposto, conheço do agravo para, conhecendo do recurso especial, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator